



PASTORAL CARCERÁRIA DA BAHIA - NORDESTE I

R. Paulino Vieira, 473, 2 andar

45600-170 - Itabuna - BA

Tel (73) 3211-3379 - advocaciadavipedreira@yahoo.com.br - www.carceraria.org.br

Com a presença de representantes das diversas Dioceses da Igreja da Bahia, a Pastoral Carcerária realizou um encontro no último domingo, dia 30 de março, em Salvador, para análise da situação prisional no Estado da Bahia.

RELATÓRIO

Louvamos a interiorização de alguns presídios ocorrida neste Estado da Bahia nos últimos anos, como exemplo as novas unidades prisionais de Valença, Simões Filho, Jequié, Serrinha, Juazeiro e Itabuna, além da construção da UED – Unidade Especial de Disciplina em Salvador. Louvamos os esforços realizados nesta gestão do Governo da Bahia para se implantar o Plano de Saúde do Preso e os projetos de construção de novas unidades prisionais na Capital e no Interior, bem como o empenho no sentido de se implantar projetos culturais e sócio educativos na esfera da Secretaria da Justiça.

Da parte do Poder Judiciário e do Ministério Público, foram realizados mutirões no ano passado na esfera da execução penal, onde centenas de presos foram contempladas com decisões judiciais que estavam emperradas esperando julgamento.

DA SITUAÇÃO DAS UNIDADES DE APRISIONAMENTO NA BAHIA:

Entretanto, a situação na qual se encontram os cerca de 14.000 presos do Estado da Bahia ainda é preocupante, principalmente por que apenas cerca de 8.500 destes detentos estão em unidades da Secretaria de Justiça.

Regiões inteiras de importante expressão populacional e política da Bahia não têm unidades prisionais da Secretaria de Justiça, com os



PASTORAL CARCERÁRIA DA BAHIA - NORDESTE I

R. Paulino Vieira, 473, 2 andar

45600-170 - Itabuna - BA

Tel (73) 3211-3379 - advocaciadavipedreira@yahoo.com.br - www.carceraria.org.br

presos sendo mantidos em celas subumanas, imundas, fétidas e superlotadas, sem nenhum tipo de assistência médica e com policiais civis custodiando presos, o que revela um grave desvio de função, que por sua vez traz sérios problemas para todos os envolvidos, sejam eles presos, policiais civis, delegados de polícia e a própria sociedade como um todo, que passa a contar com um número menor de agentes de polícia civil cumprindo a função de combate à criminalidade. Barreiras, Eunápolis, Itapetinga, Alagoinhas a Chapada Diamantina e Irecê, são exemplos desta situação. Em Eunápolis, por exemplo, em uma cela que comportam 02 ou 04 presos, existem até 22 pessoas detidas. Em Barreiras, uma triste ironia, a cadeia pública reformada no ano passado, tem celas sem ventilação, em total ofensa à legislação pátria, ao bom senso e à justiça.

Em outras tantas localidades, como Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Teixeira de Freitas, Paulo Afonso, Valença, Simões Filho e em Salvador, as unidades prisionais da Secretaria da Justiça não comportam a demanda prisional, havendo em todas elas cadeias públicas nas mesmas graves condições antes relatadas. Em Vitória da Conquista, a cadeia do DISEP, que comporta 16 presos, constantemente tem mais de 100, já chegando até 120 presos. O que dizer de Salvador, onde várias cadeias vivem permanentemente superlotadas, na Delegacia de Furtos e Roubos da Baixa do Fiscal, prevista para abrigar cerca de 30 presos, a população tem chegado à casa dos 220 presos.

No Carnaval deste ano em Salvador o Governo do Estado optou por adquirir 20 containeres, denominando-os de unidades prisionais móveis. Sobre esta questão e em face da situação de desrespeito a vários direitos previstos no ordenamento vigente, os membros do Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos que acompanharam o uso dos containeres no carnaval de Salvador entenderam que tais unidades prisionais devem ser usados apenas excepcionalmente e, no máximo, por 15 dias.



PASTORAL CARCERÁRIA DA BAHIA - NORDESTE I

R. Paulino Vieira, 473, 2 andar

45600-170 - Itabuna - BA

Tel (73) 3211-3379 - advocaciadavipedreira@yahoo.com.br - www.carceraria.org.br

A construção da UED foi feita sem a devida análise acerca da necessidade de espaço físico para Defensoria, Sala de Aula, Oficinas, Capela Ecumênica, etc., além de possuir uma arquitetura inadequada para nosso clima tropical. Em geral, as novas unidades prisionais recém-construídas e em planejamento e construção não levam em conta a necessidade de se ressocializar o apenado, vez que punir não é o único objetivo da prisão.

DA TERCEIRIZAÇÃO DE VÁRIOS PRESÍDIOS DA BAHIA:

As unidades penais de Valença, Itabuna, Juazeiro e Lauro de Freitas são administradas pelo modelo de co-gestão. O Estado paga, por preso, o equivalente a algo em torno de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) por mês. Salta aos olhos o fato de que, em tais unidades, a preocupação apenas é manter o cidadão preso, sem que se possa dar qualquer destaque a projetos que, efetivamente, trabalhem a questão da ressocialização do apenado. A unidade penal da Secretaria da Justiça que tem mais detentos em atividade laborativa é o Conjunto Penal de Jequié, que não é terceirizado.

DA EXISTÊNCIA DE MULHERES CONVIVENDO COM HOMENS EM CADEIAS PÚBLICAS:

Constatamos a existência de homens e mulheres convivendo juntos no momento do banho de sol no Presídio de Vitória da Conquista e nas cadeias da cidade de Teixeira de Freitas e de Valença.

MENORES NO PÁTIO NO BANHO DE SOL NA DELEGACIA DE ALAGOINHAS:

Na Delegacia de Alagoinhas, menores ficam junto com os presos maiores no momento do banho de sol.

DA SITUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO FRENTE AOS JULGAMENTOS DOS PROCESSOS:



PASTORAL CARCERÁRIA DA BAHIA - NORDESTE I

R. Paulino Vieira, 473, 2 andar

45600-170 - Itabuna - BA

Tel (73) 3211-3379 - advocaciadavipedreira@yahoo.com.br - www.carceraria.org.br

Constatamos ainda uma expressiva lentidão no julgamento dos processos dos presos na maioria das Comarcas da Bahia. A maioria dos presos leva mais de 02 ou 03 anos para ser julgado. Aqui e ali pela Bahia encontramos casos e, não são poucos, de presos que estão há mais de 05 anos à espera de julgamento. Tal situação se deve não somente às dificuldades estruturais do Poder Judiciário Baiano, mas, também, pela falta de um número de Defensores Públicos Estaduais capazes de suprir a demanda da maioria dos presos pobres. A Bahia, com um quadro de menos de 130 defensores na ativa, está muito longe de poder dizer que a Justiça atua respeitando os direitos dos pobres que não podem constituir advogado, que representam a imensa maioria.

Na esfera da Execução Penal, houve a criação das Varas de Execução Penal – VEPs – do interior, medida louvável, entretanto, não acompanhada da estrutura mínima necessária para funcionamento das referidas Varas. Em Jequié, por exemplo, a Vara Crime, que cumula com a Vara do Júri e de Execução Penal, está sem Juiz desde outubro do ano passado. 150 internos do regime semi-aberto estão como no regime fechado, mais 150 teriam direito a livramento condicional e leva-se de 06 a 08 meses para obter-se um simples despacho no processo. Em outras tantas VEPs do interior, às vezes fica-se meses seguidos sem Juiz titular, apenas com o Juiz substituto, que também atua em outra comarca e por essa razão, apenas despacha uma ou duas vezes por semana na VEP, como ocorreu neste final e início de ano.

A Vara de Execução Penal de Salvador, apesar do esforço pessoal da Juíza titular, continua sucateada e em situação de total abandono em termos de números de serventuários, de equipamentos e materiais, o que leva à lentidão no julgamento dos processos.

No Conjunto Penal de Itabuna, 07 presos provisórios foram para lá enviados da cadeia de Canavieiras, no mês de junho de 2007, em



PASTORAL CARCERÁRIA DA BAHIA - NORDESTE I

R. Paulino Vieira, 473, 2 andar

45600-170 - Itabuna - BA

Tel (73) 3211-3379 - advocaciadavipedreira@yahoo.com.br - www.carceraria.org.br

face de uma rebelião que destruiu a cadeia e, até o presente momento, não foram enviados para nenhuma audiência no Fórum de Canavieiras. Os processos que caminhavam lentamente pararam e teimam em não caminhar. Os presos provisórios que são transferidos de cadeias para presídios em cidades distantes, e não são poucos, tem seus processos estagnados pelo tempo. Na UED, existem presos provisórios, de diversas cidades do interior, que lá estão a mais de 02 anos sem julgamento dos seus processos.

DA EXISTÊNCIA DE CDS VENDIDOS EM CIDADES DA BAHIA COM FOTOS DE PRESOS:

Em duas cidades da Bahia, Alagoinhas e Vitória da Conquista, os camelôs vendem por R\$ 5,00 um CD onde se vê fotos de pessoas feitas quando foram detidas pela polícia civil, sob o título de "os bandidos de Conquista/Alagoinhas". Tais CDs são uma afronta ao estado democrático de direito, não somente porque muitos dos que estão em tais CDs podem ter sido absolvidos pela Justiça ou nem mesmo processados, o que revela grave lesão ao direito à imagem e intimidade da pessoa. Exigimos das autoridades do Estado da Bahia apuração rigorosa para se descobrir como tais fotos saíram dos arquivos policiais para o domínio público. A existência de tais CDs levará a um preconceito ainda mais forte da sociedade para com aqueles que ali tiveram suas imagens expostas.

Nas cadeias públicas, sem consentimento do preso, os organismos de imprensa os entrevistam e exibem suas imagens de forma preconceituosa e condenatória, antes mesmo que tal preso seja ao menos denunciado pelo Ministério Público.

DA FALTA DE ATIVIDADES LABORATIVAS PARA OS PRESOS - RESSOCIALIZAÇÃO:

Com exceção do Conjunto Penal de Jequié, onde um número maior de presos trabalham, na maioria das unidades da Bahia, pouquíssimos



PASTORAL CARCERÁRIA DA BAHIA - NORDESTE I

R. Paulino Vieira, 473, 2 andar

45600-170 - Itabuna - BA

Tel (73) 3211-3379 - advocaciadavipedreira@yahoo.com.br - www.carceraria.org.br

presos tem acesso ao trabalho. Atividades de ressocialização dos presos ainda são um sonho na Bahia.

DA FALTA DE COMBATE EFETIVO AO PROBLEMA DA TORTURA:

Ainda persiste o descaso das autoridades públicas na investigação das denúncias de tortura. Na esfera administrativa, as corregedorias das Polícias são altamente corporativas. No âmbito do Ministério Público ainda não se percebe uma ação dos Promotores de Justiça de forma rotineira nas visitas as unidades prisionais e, quando das denúncias dos casos de tortura, as investigações não são conduzidas com as peculiaridades que o tema requer.

O Governo da Bahia, com apoio da União e com participação da sociedade civil, precisa fazer um choque de gestão no sistema prisional, até por que acreditamos no bom propósito dos dirigentes da Secretaria de Justiça, não somente com a dotação de um volume maior de recursos, mais com vontade política do Governador em reverter o grave quadro do sistema prisional Baiano.